



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
3ª VARA CÍVEL
R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

SENTENÇA

Processo Físico nº: **0011915-46.2013.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Procedimento Ordinário - Seguro**
 Requerente: **Edna Aparecida Florindo Cicotoste**
 Requerido: **Porto Seguro Cia de Seguros Gerais**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Daniel Felipe Scherer Borborema**

EDNA APARECIDA FLORINDO CICOTOSTE pediu a condenação de **PORTO SEGURO CIA. DE SEGUROS GERAIS** ao pagamento de indenização correspondente ao seguro DPVAT, por lesão grave sofrida em acidente de trânsito ocorrido no dia 14 de dezembro de 1991.

Citada, a ré compareceu à audiência designada e, infrutífera a proposta conciliatória, contestou o pedido, aduzindo a necessidade de integração da lide por **SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S. A.**, arguindo prescrição, ausência de documentos essenciais e inexistência de incapacidade funcional.

Instada a manifestar-se sobre a contestação, a autora ficou silente.

O processo foi saneado, repelindo-se a pretensão de Porto Seguro, de excluir-se da lide. O exame da tese de prescrição ficou relegado para momento ulterior.

Determinou-se a realização de exame médico-pericial, vindo para os autos o respectivo laudo, sobrevindo manifestação somente da ré.

É o relatório.

Fundamento e decido.

Sustenta a autora padecer de incapacidade funcional decorrente de acidente de veículo automotor, com direito então à percepção da verba indenizatória prevista na Lei nº 6.194/74, atinente ao chamado Seguro DPVAT.

A prescrição não deve ser reconhecida pois não se sabe a data em que a autora teve a ciência inequívoca da incapacidade laboral.

Na sequência, a ação é improcedente.

O seguro DPVAT foi instituído com a finalidade de amparar as vítimas de



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
3ª VARA CÍVEL
 R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

acidentes de trânsito em todo o território, compreendendo as indenizações por morte, *por invalidez permanente, total ou parcial*, e por despesas de assistência médica e suplementar.

O laudo médico pericial (fls.116) afirmou que *“a lesão proporcionou uma incapacidade total e temporária, a partir da data dos fatos e durante os períodos de tratamento e convalescença, aproximadamente 180 dias, estando atualmente apto a exercer suas atividades, sem redução da capacidade”*.

A autora sequer impugnou o laudo, cujas conclusões estão fundamentadas e devem ser aceitas.

Portanto, inexistindo invalidez de caráter permanente decorrente das lesões acarretadas pelo acidente, impossível o reconhecimento do direito à indenização securitária pleiteada.

Diante do exposto, **julgo improcedente o pedido** e condeno a autora ao pagamento das custas e despesas processuais, corrigidas aquelas em reembolso, e dos honorários advocatícios do patrono da contestante, por equidade fixados em R\$ 724,00 corrigido desde a época do ajuizamento. A execução dessas verbas, porém, **fica suspensa**, nos termos do artigo 12 da Lei nº 1.060/50.

P.R.I.C.

São Carlos, 26 de maio de 2014.

Daniel Felipe Scherer Borborema
 Juiz de Direito Auxiliar

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
 CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**

DATA

Em ____ de ____ de ____

recebi estes autos com a r.sentença supra.

Eu, _____ (esc.subscrevi).